



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0002423-64.2012.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Mandato**
Requerente: **Ana Paula Nogueira Castilho Marques**
Requerido: **Banco do Brasil Sa**
Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

ANA PAULA NOGUEIRA CASTILHO MARQUES ajuizou **Ação DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO** em face de **BANCO DO BRASIL S/A**, todos devidamente qualificados.

Aduziu, em síntese: 1) que realizou compras no exterior com seu cartão de crédito administrado pelo banco réu, "Ourocard Visa Gold"; 2) pagou as faturas correspondentes; 3) ocorre que após oito meses, recebeu nova cobrança que entende indevida. Pede a procedência da ação com a condenação do réu a restituição em dobro do valor pago em excesso (ou seja, R\$ 2.366,08). Juntou documentos a fls. 05/26.

Devidamente citado, o requerido apresentou defesa alegando, preliminarmente, a falta de interesse de agir e a impossibilidade jurídica do pedido. No mérito, sustentou que: agiu com correção considerando os termos contratuais e à variação cambial entre os países. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica a fls. 47/49.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Pelo despacho de fls. 50 foi determinada a produção de provas. Foi indeferido o pedido de prova oral do requerido (despacho de fls. 56) e a requerente não se manifestou.

Declarada encerrada a instrução, a Autora apresentou memoriais a fls. 58/64 e o Réu a fls. 66/69.

O julgamento foi convertido em diligência pelo despacho de fls. 70 e os autos foram encaminhados à contadoria do juízo, que encartou informação a fls. 71; apenas a autora se manifestou na sequência (cf. fls. 73 e 74).

Diante da manifestação da autora a fls. 73 e 79, pelo despacho de fls. 81, os autos retornaram à contadoria, que apresentou cálculo a fls. 82.

Instadas a se manifestarem quanto ao cálculo de fls. 82, a autora requereu a condenação do réu ao pagamento em dobro do valor pago em excesso (cf. fls. 85) e o requerido permaneceu inerte.

É o relatório.

DECIDO.

A autora efetuou compras no exterior com seu cartão de crédito bandeira “VISA”.

Gastou € 1.486,14 na Companhia AIR FRANCE e € 231 na NIKE PARIS. Ou seja, despendeu um total de € 1717,14.

Analisando toda a documentação exibida no processo a Contadoria do Juízo indicou que a autora faz jus ao reembolso de € 41,80 euros referentes as compras e R\$ 1.330,23, referentes a “encargos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

financeiros”, que acabou pagando **a mais** no contexto dos fatos.

Sobre essa posição a requerida silenciou (fls. 74 e 86) e inclusive não providenciou a juntada de documentação complementar, o que foi deferido no seu exclusivo interesse.

Assim, a autora ainda tem um crédito que a ré deve ressarcir.

A “dobra” todavia, não é devida, consoante reiterados julgamentos do Colégio Recursal local (como exemplos podemos citar os recursos nº 5895, 5962 e 5971), cabendo considerar que não houve má-fé por parte da requerida.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **ACOLHO PARCIALMENTE** o pleito inicial para determinar que o réu pague a autora, o montante de R\$ 1.330,23 (um mil, trezentos e trinta reais e vinte e três centavos) mais € 41,80, que equivalem hoje a R\$ 133,76, tudo com correção a contar do ajuizamento, e ainda juros de mora à taxa legal, a contar da citação.

Diante da sucumbência recíproca as custas processuais serão rateadas entre as partes e cada qual arcará com os honorários de seu patrono.

P.R.I.

São Carlos, 29 de outubro de 2014.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

MILTON COUTINHO GORDO

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**